

## **As controvérsias no marxismo sobre a compreensão dos atributos e funções do dinheiro**

*Controversies in Marxism on the understanding of the attributes and functions of money*

Giliad de Souza Silva\*

---

**Resumo:** O programa de pesquisa marxista fornece importantes instrumentos para compreender a complexidade das relações conformadas no dinheiro. O dinheiro é dotado dos atributos, medida dos valores e meio de circulação, que o caracterizam e determinam o dinheiro. Por sua vez, ele desempenha funções: meio de entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial. Atributo e função, desse modo, estão em níveis analíticos distintos. O dinheiro é, assim, a forma independente do valor que possui atributos e desempenha funções. Para entender como essas relações se dão, se faz necessário localizar as aproximações e divergências conceituais dos argumentos dos diversos autores marxistas. O procedimento aqui utilizado não apenas apontou o que fala cada um dos autores, porém “os coloca para dialogar”. O texto expõe as posições mais significativas sobre questões elementares do dinheiro dentro do marxismo.

**Palavras-Chave:** Atributos e funções do dinheiro; Dinheiro; Programa de pesquisa marxista

**Abstract:**The Marxist research program provides important tools for understanding the complex relationships shaped by the money. Money is endowed with attributes that characterize and determine it, namely the measure of value and means of circulation. In turn, it performs functions, namely means of hoarding, means of payment and world money. Thus, function and attribute are different analytical levels. Money is the independent form of the value that has attributes and performs function. To understand how these relationships occur, we must find the similarities and differences of conceptual arguments of many Marxist authors. The procedure used here not only pointed out what each of them says, but "put them to talk." The paper exposes the positions that here is understood as the most significant about elementary money issues within Marxism.

**Keywords:** Money's attributes and functions; Money; Marxist research program

**JEL Code:** B14; B51

---

\* Professor adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

## 1. Introdução

A teoria monetária, do modo como apreende a abordagem marxista, permite entender a complexidade das funções exercidas pelo dinheiro. O fio condutor categorial importante é entendê-lo como a forma de representação, independentemente do valor que possui determinadas características ou atributos e desempenha certas funções na economia capitalista. Por isso, como afirmam Itoh e Lapavistas (1999), o que o dinheiro faz é desdobramento do que ele é. Para a economia convencional é o contrário, oposto se mantém: o dinheiro é o que o dinheiro faz, ou seja, uma coisa que pode executar abstratamente determinadas funções é tratada como dinheiro.

Compreende-se aqui, seguindo tanto Germer (1997a)<sup>1</sup>, quando afirma que existe funções que precedem e sucedem a emergência do dinheiro, quanto Cutler *et al*(1981), ao dizer que há funções definidoras do dinheiro que caracterizam e determinam o dinheiro enquanto tal, ou seja, são **atributos** do dinheiro, e outras que ele desempenha na medida em que possui os atributos. Atributo e função, desse modo, estão em níveis analíticos distintos<sup>2</sup>. O dinheiro é, portanto, a forma independente do valor que possui atributos e desempenha funções. O Estado não determina esses atributos, apenas fixa sua expressão quantitativa e a formaliza. Esta definição analítica é fundamental para alcançar o objetivo primaz deste artigo: comparar as acepções esboçadas pelos autores marxistas sobre o dinheiro, suas funções e atributos.

Dentre os autores que fazem explicitamente essa distinção entre função e atributo, não há consenso entre o que de fato é este ou aquele. Em Cutler *et al*. (1981), o dinheiro desempenha três funções: meio de circulação, padrão de preços e meio de pagamento, sendo que a primeira seria o atributo do dinheiro, sua função primária ou atributo. Esta definição baliza-se na negação teórica da função medida dos valores, por razões que serão exploradas abaixo. Por sua vez, Germer (1997a) e Klagsbrunn (1992) evidenciam, assim como se observa n' *O Capital de Marx*, que existem dois atributos e três funções, sendo que medida dos valores, (meio pelo qual o valor se expressa) e meio de circulação (de onde se origina a moeda), seriam os atributos, e meio de pagamento, meio de

---

<sup>1</sup> “As funções de meio de entesouramento e de pagamento, além do dinheiro mundial só podem ser realizadas pelo dinheiro como tal, isto é, pela mercadoria que realiza unificadamente as duas funções [medida dos valores e meio de circulação]. [...] Assim, as funções do dinheiro devem ser divididas em dois grupos: as que precedem e as que sucedem a emergência do dinheiro” (GERMER, 1997a, p.110).

<sup>2</sup> Não poucos autores confundem os espaços analíticos e colocam tanto atributo quanto função no mesmo nível, como por exemplo, Brunhoff (1978, p.21).

entesouramento e dinheiro mundial constituiriam as funções. É a partir desta esquematização que este artigo se organiza.

Para Klagsbrunn (1992), o atributo meio de circulação ou moeda (delimitado nacionalmente e de determinação concreta), quer em forma metálica, quer por seus representantes, é simplesmente um dos atributos do dinheiro. Dizer que dinheiro é mais do que moeda é afirmar que aquele não possui apenas o atributo de ser meio de circulação. Conforme Barbosa (2010, p.23), o atributo medida dos valores implica num “dinheiro imaginário” e o atributo meio de circulação, ainda que exija concretamente dinheiro, sugere que o dinheiro assume a forma de moeda. “Moeda não é dinheiro em si porque é signo de valor – tanto não o é que pode ser substituído por papel ou objetos sem valor - já o dinheiro em si tem que necessariamente possuir valor”. Esta é a compreensão metodológica que aqui será seguida, explicitando as perspectivas que se diferenciam.

Este trabalho objetiva comparar a leitura de diversos intérpretes marxistas que trabalham com a categoria dinheiro, em especial suas funções e atributos. Ademais, objetiva também delimitar um espaço teórico para a exposição de uma teoria monetária especificamente marxista, assim como mostrar o atual estado das artes desta teoria. Para isso, necessário se faz localizar as aproximações conceituais, assim como as divergências existentes, sobretudo entendendo a formulação dos autores a respeito dos atributos e funções do dinheiro. Para tanto, o caminho percorrido não apenas aponta o que fala cada intérprete, mas também “os coloca para dialogar”. Assim será possível apresentar as similitudes e dissimilitudes dos argumentos dos diversos autores, os elementos que conformavam as respectivas abordagens e as lacunas teóricas ainda persistentes. É por isso que, no corpo do texto, as impressões apresentadas pelos autores deste trabalho encontram-se resumidas na “conclusão”. Em suma, o objetivo prioritário desde texto não é apresentar um ponto de vista próprio, mas sim expor as posições mais significativas já existentes sobre a questão das funções e atributos do dinheiro.

Do ponto de vista da estrutura, além desta breve introdução e da conclusão, duas partes modulam o conteúdo deste artigo, ambas expondo os conceitos e categorias da maneira como é debatida dentro do marxismo. A primeira apresenta os atributos do dinheiro, assim como certas características delas derivadas. A segunda expõe as funções desempenhadas pelo dinheiro,

concatenando na medida do possível as categorias tanto num ambiente hipotético de uma economia mercantil simples, quanto numa economia capitalista.

## **2. Atributos do dinheiro**

A emergência do dinheiro é antecedida tanto pela constituição de diversas mercadorias como equivalentes do valor, porém de alcance restrito, quanto por formas efêmeras de mediadores das trocas, distintos dos equivalentes, entretanto neles baseados. Na medida em que a forma equivalente se unifica numa única mercadoria, substituindo os equivalentes particulares e circulando sistematicamente na mediação das trocas, é que surge a forma dinheiro. Antes disso, a medida dos valores e o meio de circulação são executados não por uma mesma “coisa”, porém separadamente. Ambas precedem a emergência do dinheiro propriamente dito. A novidade introduzida com o dinheiro é que a medida dos valores e o meio de circulação são realizados pela mesma mercadoria, sendo elementos necessários e constitutivos da natureza do dinheiro. Ou seja, é o que o dinheiro precisa para ser dinheiro. Entretanto, os atributos, na medida em que a forma dinheiro se constituiu, não significam nada, caso estejam desvinculados do equivalente geral (GERMER, 1997a; BRUNHOFF 1978).

O dinheiro é a concretização do valor, este que é em si uma dimensão social geral-abstrata. Como o valor é o que iguala e proporciona a comensurabilidade de entidades heterogêneas, o primeiro atributo ou condição de existência do dinheiro é ser medida dos valores. Desse modo, o dinheiro permite que formas qualitativamente diferente de trabalho humano sejam quantitativamente mensuráveis e sejam expressas em preços. O outro atributo ou condição de existência do dinheiro é o meio de circulação ou meio de troca. Por causa deste, o dinheiro estabelece a ponte entre a compra e a venda, tendo em vista que a sincronia delas é indeterminada, permitindo, assim, que os indivíduos validem socialmente os produtos de seus trabalhos através da venda, e que se apropriem do trabalho dos outros mediante a compra. A articulação destas determinações constitui o equivalente geral como dinheiro (REUTEN, 1988; SHUKLIAN, 2000).

Possuir o atributo de ser medida dos valores implica a condição da variabilidade do valor do dinheiro, enquanto que possuir o atributo de ser meio de circulação implica a variabilidade de sua quantidade em circulação. O atributo meio de circulação habilita o dinheiro a transferir o direito de propriedade,

enquanto que medida de valor o habilita a ser equivalente geral, ou forma geral do valor. Por medir valores, o dinheiro tem um valor variável na produção e na venda inicial e por ser instrumento de circulação, o seu valor é dado por hipótese e a sua quantidade é variável. Isto significa que existe uma oposição concreta entre os atributos do dinheiro. Do ponto de vista de sua circulação, a oposição do atributo meio de circulação ao atributo medida dos valores refere-se ao circuito da circulação das mercadorias – uma representação esquemática do caminho percorrido pelas mercadorias desde o momento em que deixam o processo de produção até o momento em que são compradas para consumo ou para utilização de meios de produção (BRUNHOFF, 1978; MOSELEY, 2004; CUTLER *et al*, 1981).

Os atributos nem sempre implicam a presença concreta do dinheiro como corporificação tangível da forma equivalente geral. A progressão organizada, nos termos da forma dinheiro que determina todas as conexões de seus atributos, incluindo a aparência final enquanto dinheiro – embora a sua natureza como equivalente geral, mercadoria, lhe caracterize e articule os seus atributos – implica que sua existência econômica é plenamente definida ao fim e ao cabo, quando sintetiza os atributos. Como um instrumento de circulação, o dinheiro não precisa (e nem deve) ser mercadoria e nisto não há polêmica. O dissenso surge quando se avança para o atributo medida dos valores, isto é, se o dinheiro deve ser ou não uma mercadoria quando mede os valores, como se apresentará adiante (BRUNHOFF, 1978; NELSON, 2005; MOSELEY, 2004).

## **2.1 Medida dos valores**

O atributo do dinheiro medida dos valores é diretamente deduzido da gênese do equivalente geral e implica em servir como material no qual os valores das mercadorias são expressos e medidos. Este atributo implica na habilidade do dinheiro de expressar a magnitude dos valores. Medir os valores deve ser empreendido diretamente pelo dinheiro corporificado. E, na medida em que se teoriza sobre o dinheiro, essa característica não pode ser negligenciada. A Teoria Quantitativa da Moeda, ao conceber o dinheiro, localizou apenas o meio de circulação como atributo, sendo esse seu o engano fundamental, como diz Marx (BRUNHOFF 1978; ITOH; LAPAVITSAS, 1999; MOSELEY 2005; LAPAVITSAS, 1991).

Na medida em que a representação dos valores das mercadorias em termos monetários – a expressão das quantidades do tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN) contido nas mercadorias em termos de dinheiro – antes da circulação corrente, envolve sempre uma dimensão subjetiva, é um “ato imaginário” que não requer a “presença real” do dinheiro. Entretanto, este ato imaginário de intercâmbio deve ser seguido pelo “ato real” da troca das mercadorias pelo dinheiro (ou um representante seu). A transformação repetida de mercadorias em dinheiro (ou a incapacidade de fazê-la) é necessária a fim de constantemente validar e corrigir a expressão dos valores individuais em dinheiro. Esses atos reais de troca de mercadorias por dinheiro e vice-versa implica no atributo medida dos valores do dinheiro, e este atributo passa a adquirir conteúdo social concreto (ITOH; LAPAVITSAS, 1999; MOSELEY, 2010).

Entretanto, Carcanholo (2001) afirma que, em Marx, a verdadeira medida dos valores não está intrínseca no dinheiro, constituída pelo equivalente geral, porém a medida imanente dos valores é o trabalho, sua essência geradora. A verdadeira medida dos valores é a quantidade de trabalho, tendo o tempo como sua unidade de medida. “A quantidade de trabalho socialmente necessária determina a magnitude do valor de uma mercadoria e o tempo de trabalho é a sua medida”. Não obstante, concretamente esta medida é desprezível. Nas relações econômicas cotidianas tidas pelos diversos agentes, o tempo de trabalho não serve sequer como mensuração aproximada do valor das várias mercadorias. Por isso, o valor não encontra um meio direto e prático de medida, apenas mediante expressão e manifestação, mediante a sua forma, isto é, o valor de troca. “Preço e, sua contraparte, o dinheiro, não constituem medidas diretas do valor, mas, sim, formas de manifestação de sua grandeza, de sua magnitude” (CARCANHOLO, 2001, p.36). O atributo medida de valor do dinheiro, assim, deriva-se da sua natureza enquanto forma independente de aparência do valor e significa a sua habilidade de expressar a magnitude do valor.

Não obstante, um questionamento que se pode fazer é se este atributo ainda é teoricamente significativo e conceitualmente relevante. Para a ampla maioria dos marxistas, esta categoria é visceral para o quadro teórico mais amplo da teoria monetária herdeira de Marx<sup>3</sup>. Porém, para Cutler *et al.* (1981), tendo em vista que não há qualquer possibilidade de um dinheiro não-mercadoria medir os

---

<sup>3</sup> Ver Arnon (1984); Nelson (2001), dentre outras referências.

valores, seria preferível abandoná-lo enquanto atributo ou função definidora do dinheiro. Conforme ele, esse atributo é pertinente apenas quando o dinheiro toma a forma de mercadoria. E se o dinheiro não-mercadoria é teoricamente impossibilitado de medir e expressar valores, essa mensuração não deveria ser considerada como atributo do dinheiro. Ele diz que Marx discute esse ponto, porém não aponta o que determinaria o valor do dinheiro não-mercadoria e de que modo mede os valores.

O problema em termos gerais é claro, ou seja, o de que o dinheiro não-mercadoria não tem valor e qualquer tentativa de encontrar-lhe um valor, para que possa funcionar como medida de valor, não será senão uma tentativa de encontrar uma mercadoria cujo valor, pode-se pretender, é igual ao valor do dinheiro não-mercadoria. [...]Fica claro agora que a mensuração do valor não pode ser considerada como função definidora do dinheiro. O argumento só se aplica, até agora, ao dinheiro não-mercadoria; em consequência, pode-se argumentar que o dinheiro-mercadoria, ao contrário do dinheiro não-mercadoria, mede realmente valores. (CUTLER *et al.*, 1981, p. 19).

Em síntese, para Cutler *et al.* (1981), a forma mercadoria é uma dentre tantas que o dinheiro pode assumir, e medir valores é um atributo exclusivo da forma mercadoria, tendo em vista que para ter esse atributo o dinheiro deve ser produto do trabalho humano, possuir valor e não ser característico das formas sem valor<sup>4</sup>. Por isso, este não seria um atributo do dinheiro, mas apenas de uma de suas formas<sup>5</sup>. No entanto, Cutler *et al.* não apresenta qualquer discussão sobre *representante do dinheiro* ou *signo de valor* (esta temática não é objeto de análise nesse artigo) o que torna seu argumento pouco consistente nos marcos do marxismo. Ademais, há autores marxistas que acreditam que o dinheiro não precisa estar na forma mercadoria para mensurar os valores.

As teses da desmaterialização do dinheiro<sup>6</sup>, do ponto de vista teórico, entendem ser totalmente cabível que o dinheiro desmaterializado possua o atributo de medida dos valores. Moseley (2004) afirma que, para medir valores, o dinheiro não precisa possuir valor, bastando que seja aceito enquanto equivalente

---

<sup>4</sup> Sobre a discussão no tocante ao valor do dinheiro, sobretudo como é debatido no marxismo, ver Silva (2012).

<sup>5</sup> “Se o dinheiro tem de ser dinheiro-mercadoria para funcionar como medida de valor, então qual é o status dessa função, como função definidora do dinheiro independentemente da forma que tome? E se a função não é específica ao dinheiro-mercadoria, então como o dinheiro não-mercadoria – o papel-moeda, por exemplo – expressa o valor das mercadorias?” (CUTLER *et al.*, 1981, p. 17).

<sup>6</sup> Sobre este debate, ver Silva (2016). Vale destacar que para as teses da desmaterialização do dinheiro, este não precisa ser mercadoria, sendo esta uma de suas formas, e não a sua forma primaz. Por sua vez, a abordagem da materialidade do dinheiro defende que, para ser dinheiro, a “coisa” deve ser mercadoria, produto do trabalho humano. As demais formas lhe são derivadas.

geral pelos possuidores de mercadorias, isto é, seja diretamente trocável com todas as outras mercadorias. Para Carcanholo (2001), basta que a forma assumida pelo dinheiro constitua seu poder de compra em relação a todas as outras mercadorias, que estará em condições de expressar a magnitude dos valores, qualquer que seja a mercadoria. Corazza (1998) argumenta que, por mais que o dinheiro permaneça como a encarnação do trabalho humano, ele não necessita possuir valor intrínseco, isto é, ser mercadoria, para medir os valores. E, quanto mais o dinheiro se desmaterializa, mais este atributo de medir torna-se somente uma mensuração ideal dos valores. Por isso o dinheiro serviria, na medida em que se possua apenas esse atributo, apenas como dinheiro ideal ou figurado.

Germer (1994) entende que, por mais o dinheiro assuma forma além do ouro (dinheiro mercadoria), isto é, “acione” seus representantes sem valor, existe um atributo que jamais outra forma poderia cumprir diretamente, o de medida dos valores. Ele diz que este atributo exige a materialidade do dinheiro, sendo que qualquer outra forma por ele assumida não poderia expressar a magnitude dos valores. Assim, Germer (2005) diz que para ser dinheiro, a “coisa” social deve ser produto do trabalho humano e possuir o atributo de ser medida dos valores. Ou seja, é imprescindível ao dinheiro, para ser capaz de mensurar os valores, possuir ele mesmo valor. Brunhoff (2005) aponta que o atributo medida dos valores indica que o dinheiro deve ser produto do trabalho humano. Carvalho (2011), por sua vez, confere ao atributo medida dos valores uma característica fundamental do dinheiro, tendo em vista que ele é o elo entre duas mercadorias com valores de uso diferente. Ele diz que para possuir esse atributo, o dinheiro deve ser mercadoria ou um representante seu. Nelson (2005) diz que, para Marx, o dinheiro necessariamente tem que ser mercadoria tendo em vista que para possuir o atributo medida dos valores, deve necessariamente ser produto do trabalho social. Moseley (2010, p.22), distintamente do que assevera no seu texto de 2004, afirma que, segundo Marx, o atributo medida dos valores deve ser característico de algo que seja produto do trabalho, já que serve como mensuração do valor, meio para medir o tempo de trabalho contido nas mercadorias (magnitude do valor) mediante quantidades de dinheiro que contenham a mesma quantidade de tempo de trabalho. Se o atributo medida dos valores, argumenta ele, nada tenha a ver com as quantidades de tempo de trabalho contido no dinheiro e nas outras mercadorias, “o argumento de Marx seria um absurdo”.

Foley (2005, p.43) afirma que as formas não materiais do dinheiro teriam a capacidade de mensurar os valores. Para isso, ele admite que esta particularidade da teoria tem que ser revista, pois “[t]he monetary expression of labour time and the analysis of the origin of surplus value in the exploitation of labour can be applied transparently to monetary systems based on inconvertible national currencies”. No entanto, ele reconhece que há uma questão deixada teoricamente pendente (*left hanging theoretically*), que é construir um argumento que supere a necessidade conceitual do dinheiro ser mercadoria, possuir valor, para então possuir o atributo medida dos valores, algo inaplicável ao dinheiro não-mercadoria<sup>7</sup>. Conforme Itoh e Lapavitsas (1999), o dinheiro, numa economia de produção e troca capitalista, traduz os valores em preços através de variadas mediações. Os preços de produção resultam do movimento do valor buscando capitalizar-se e eles permitem a redistribuição do valor total da mais-valia entre os diversos capitalistas. Unidades de conta sem valor, tal como o dinheiro de crédito, para Itoh e Lapavitsas (1999), também podem definir os preços de produção formados de modo capitalista. Entretanto, determinar o nível de preços da produção de mercadorias como um todo é uma coisa totalmente diferente. Nesse sentido, segundo estes autores, formas de dinheiro sem valor intrínseco enfrentam dificuldades fundamentais, tanto do ponto de vista lógico quanto prático, e causam graves problemas em sistemas monetários cuja situação é de completa ausência do dinheiro mercadoria.

Não obstante, Carcanholo (2001) questiona a interpretação da abordagem da materialidade, quando esta afirma ser impossível a forma do dinheiro de crédito possuir o atributo medida dos valores. Ele discorda da concepção apresentada por Germer (1997a), posto que este entende que, para existir uma estrutura de preços relativos, deve haver algo material habilitado a ser medida de valor. Para Carcanholo, o dinheiro de crédito pode constituir padrões de preço, em que pese não ter em si a habilidade de medir valores. Porém, para ele, contemporaneamente, com o desenvolvimento do sistema internacional de crédito, o dinheiro de crédito tem medido os valores. Paulani (2014) também faz duras críticas à abordagem da materialidade do dinheiro. Segundo ela, a essência dos argumentos daqueles que entendem o dinheiro como sendo inequivocamente mercadoria diz respeito ao atributo medida dos valores. No atributo meio de

---

<sup>7</sup> Para Moseley (2004 e 2005), como explicitado em Silva (2016), há como deduzir o valor do dinheiro, mesmo que ele não seja produto do trabalho humano. Assim, não haveria uma inconsistência teórica na tese da desmaterialização, no tocante ao entendimento do atributo medida dos valores.

circulação, assim como nas funções que o dinheiro desempenha, não há, para a autora, a necessidade teórica de uma relação direta com sua dimensão material. O seu papel expressando a magnitude dos valores exige certa concretude e que o remeta ao mundo concreto do processo de trabalho – da atividade laborativa do ser humano na criação e produção de coisas com utilidade.

*However, this determination, which is effectively the one that resolves the commodity's internal contradiction [8], contradicts its second determination, which is to function as medium of circulation. There are several elements in this last contradiction that deserve attention. The most important is the existence of monetary prices as social hieroglyphs, which takes us back to the need for the measure of value to appear as a pattern of prices. Another important element within this contradiction is the very necessity of the position of money as medium of circulation and later as means of payment, which requires credit (and money credit) [...]. (PAULANI, 2014, p. 783).*

Assim como Foley (2005), Moseley (2004) afirma que o atributo medida dos valores é adquirido *ex post* a produção do dinheiro, ou seja, na circulação, como medida observável da expressão monetária do tempo de trabalho (*MELT – monetary expression of labor time*). Este atributo seria a razão entre o total do valor adicionado num dado período e o total do trabalho vivo corrente total empregado. Moseley (2004) assevera que o dinheiro de crédito pode possuir o atributo de medida dos valores, em que pese não ser produto do trabalho humano. Não interessa se o dinheiro de crédito representa o TTSN direta ou indiretamente, como representante do ouro, uma vez que a determinação quantitativa da *MELT* (valor adicionado sobre trabalho vivo empregado) é indiferente à forma assumida pelo dinheiro.

Astarita (2006, p.8), por sua vez, diz que na medida em que o atributo medida dos valores deriva-se necessariamente da categoria dinheiro como forma da aparência e “encarnação” do valor, passa a ser, portanto, condição do atributo meio de circulação existir. Para ele, isto se constata no fato de que as mercadorias não chegam ao mercado sem preço e nem o dinheiro sem valor. Na leitura do autor, a abordagem da *MELT*<sup>9</sup> inverte essa lógica, na medida em que o dinheiro se valoriza a partir do valor pré-validado das mercadorias, o atributo meio de circulação precede a medida dos valores. Assim, o dinheiro teria valor porque

---

<sup>8</sup> Sobre esta contradição, ver Silva (2012).

<sup>9</sup> Esta é a abordagem convencionalmente chamada apenas de MELT, por causa da derivação basilar já aqui apresentada. Pode-se perceber seguindo essa abordagem Brunhoff (2005), Foley (2005), Moseley (2004; 2005), Paulani (2014), dentre outros.

circula (relação fetichizada), ao invés do que afirma Marx que o dinheiro circula porque tem valor. Conforme Astarita,

*Para sostener, desde un punto de vista "marxista", la idea de que el dinero tiene valor porque circula, hay que postular que las mercancías se lanzan al mercado con valor pero sin precio, ya que no hay precio si el dinero no tiene valor. Pero para esto hay que plantear que el valor puede existir sin la forma de valor (sin el precio) (ASTARITA, 2006, p. 8).*

O núcleo da tese da forma-valor<sup>10</sup> sobre dinheiro e valor (ver REUTEN, 1988) diz que não há como definir quantidades do valor, tendo em vista que a substância endógena do valor (trabalho abstrato) tem dimensão puramente qualitativa. Por isso o valor não poderia existir quantitativamente *per se*, apenas como preços monetários. E nesse sentido, falta uma teoria quantitativa do valor trabalho-abstrato, assim como uma conexão entre substância interna do valor e a forma externa da aparência do valor. A dimensão quantitativa do valor seria dada pelo dinheiro, enquanto medida de valor. Ou seja, o dinheiro transforma a substância qualitativa do valor (trabalho abstrato) em magnitudes quantitativas como preços monetários, tornando, assim, as mercadorias comensuráveis. Moseley (2010), entretanto afirma que a essência dessa abordagem está equivocada, já que uma dimensão crucial da conexão necessária entre o “interno” e o “externo” do valor na teoria de Marx é a expressão das quantidades não observáveis do TTSN como preços monetários observáveis e que o trabalho abstrato existe como quantidades, mesmo antes da equalização das mercadorias ao dinheiro. Ou seja, o valor, tanto na dimensão da substância (trabalho abstrato) quanto da magnitude (TTSN), existe quantitativamente, porém de modo invisível, sendo que o dinheiro o torna visível e seria a “*necessary form of appearance of the substance of value (abstract labor) and the magnitude of value*” (MOSELEY, 2010, p.6, grifos no original). Assim, o dinheiro não torna as mercadorias comensuráveis, porém o contrário.

Reuten (1988) afirma que, como o valor é o denominador comum, é o atributo medida de valor do dinheiro que torna entidades heterogêneas comensuráveis. Porém, segundo Moseley (2010), não é o dinheiro que torna as mercadorias comensuráveis; as mercadorias são comensuráveis por si mesmas, tendo em vista que o trabalho humano objetivado contido nelas possui dimensão quantitativa. O atributo medida de valor implica que o dinheiro é precisamente a

---

<sup>10</sup> Sobre esta compreensão, ver Silva (2016).

forma necessária da aparência deste trabalho humano objetivado e significa representar indiretamente as quantidades não observáveis do TTSN contido nas mercadorias pelas quantidades observáveis do dinheiro que contém a mesma quantidade de TTSN. Corazza (1998), seguindo a interpretação da tese da forma-valor, diz que o atributo medida dos valores do dinheiro aparece enquanto preço, já que o valor das mercadorias se quantifica mediante a *MELT*. Para ele, seguir numa trajetória teórica distinta dessa implica em admitir que seja possível se medir a quantidade dos valores enquanto tais, criados pelo trabalho. Assim, o dinheiro não tem a habilidade de medir os valores mediante o seu valor intrínseco, porém pelo seu suporte material.

Para Reuten (1988), o atributo medida de valor do dinheiro serve para transformar a substância não quantitativa e incomensurável do valor (trabalho abstrato) em magnitudes quantitativa e comensuráveis (preços monetários). Moseley (2010), contudo, argumenta que este atributo, na realidade, transforma as existentes e comensuráveis, porém invisíveis, quantidades de tempo de trabalho abstrato (magnitude/substância do valor) em quantidades visíveis de preços monetários. “[T]he substance of value **does exist in quantities of labor-time, but these quantities of SNLT<sup>11</sup> are invisible, and therefore must be transformed into observable quantities of money**” (MOSELEY, 2010, p.25, grifos no original). Moseley (2010, p.10) diz que é presumido existir quantidades de tempo de trabalho nas mercadorias e essas quantidades são expressas objetiva e socialmente pelas quantidades da mercadoria dinheiro que contém a mesma quantidade de tempo de trabalho. Esse tempo de trabalho é quantificável, porém invisível, necessitando assim de uma medida externa que o torne observável. É o atributo medida dos valores do dinheiro que cumpre essa tarefa, isto é, a de expressar indiretamente as quantidades não observáveis do tempo de trabalho abstrato contido nas mercadorias pelas quantidades observáveis de dinheiro.

*The measurement of the value of commodities by money gives to the unobservable homogeneous abstract labor contained in them an observable, socially recognized **form of appearance**. Money as the measure of value “**makes perceptible**” the inherent commensurability of the abstract labor-time contained in commodities; money does **not create** the commensurability of commodities. (MOSELEY, 2010, p.28, grifos no original).*

---

<sup>11</sup> SNLT – *Socially necessary labor-time* ou tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN).

Fica notório que o entendimento sobre o atributo medida dos valores está longe de uma linha consensual. Se a abordagem da materialidade do dinheiro e as teses da desmaterialização concordam que o atributo em questão é teoricamente relevante – distintamente do que pensa Cutler *et al*(1983), discordam sobre a natureza da “coisa” social possuidora desse atributo. Para a *abordagem*, somente uma mercadoria pode mensurar valores, ainda que seus representantes possam expressar este atributo, porém, não há possibilidade de qualquer forma de dinheiro não-mercadoria, sem valor, mensurar os valores. Por sua vez, a compreensão das diversas *teses* indica que a medida dos valores pode ser um atributo possuído por qualquer forma que se assuma como dinheiro, não carecendo de que esta seja mercadoria.

## 2.2 Meio de circulação

O atributo meio de circulação do dinheiro, segundo Itoh e Lapavitsas (1999), o habilita a mediar as trocas de mercadorias. Aqui, a forma característica do dinheiro é a moeda. O meio de troca, segundo Moseley (2010), implica na expressão das quantidades do trabalho humano em quantidades imaginárias de dinheiro, que contenha a mesma magnitude de valor. Klagsbrunn (1992, p.599) afirma que é deste atributo que se deriva o signo de valor, representante do dinheiro ou suas formas derivadas. Na medida em que esse representante do dinheiro não tem valor intrínseco, o seu poder de compra é determinado pela sua relação com o dinheiro, sendo que “o somatório de ‘valor’ dos signos de valor em circulação é igual ao do volume de moedas metálicas que seriam necessárias à circulação”. O volume de dinheiro que é necessário, ainda que seja logicamente determinado, conforme Klagsbrunn, é constantemente variável, não sendo possível ser precisamente mensurada.

Lapavitsas (1991) destaca que o atributo meio de circulação refere-se específica e unicamente a ação de comprar e vender mercadorias, em detrimento de outras ações monetárias, assim como liquidação de dívidas e pagamentos em geral. Cutler *et al.* (1981) complementa dizendo que, por razão deste atributo, o dinheiro, na troca, é o substituto de todas as mercadorias, assim como de bens financeiros, na medida em que estes são comprados e vendidos da mesma forma que qualquer mercadoria. Por isso que este é um atributo do dinheiro, ou seja, uma característica que lhe é imanente e lhe precede. Para Brunhoff (1978), na medida em que o dinheiro age como meio de circulação, ele é tanto a

manifestação do atributo medida dos valores, quanto a garantia de que este cumprirá o seu papel monetário.

Paulani (2014) argumenta que quando o dinheiro funciona como meio de circulação, cujo desempenho pressupõe sua habilidade de expressar os valores de todas as mercadorias, o padrão de preços se efetiva. Assim, a relação que há entre o atributo medida dos valores (o dinheiro enquanto equivalente geral) e sua expressão como padrão de preços conecta ambos os atributos do dinheiro. O dinheiro, ao mediar a circulação, abre a possibilidade de ser substituído por seus representantes. Cutler *et al.* (1983) diz que, conforme definição de Marx, o dinheiro não precisa assumir qualquer forma específica quando está mediando a circulação. Por isso, na medida em que ele está mediando as trocas, a natureza do dinheiro não é afetada, não importando a forma na qual ele esteja.

Visto que o equivalente geral aparece como padrão dos preços, mediante seu atributo de medir os valores das mercadorias, e considerando que, derivado da oposição entre medida de valor e padrão de preços e que o valor aparece como preços, Paulani (2014, p. 784) argumenta que,

Marx could not have been clearer about the antithesis involved in the dual requirement demanded of the general equivalent, which is to work as measure of value and, as such, to appear as pattern of prices. He was also very clear in indicating which of these two forms the purely social one is. Although it might seem inadequate to refer to the measure of value as a 'less social form', we must also acknowledge, along with Marx, that the expression of value, if it is to be expressed in monetary terms, in a social way, is then obliged to evolve into this unmeaning, pragmatic and 'purely social' form.

Brunhoff (1978, p.27) afirma que os preços são derivados do atributo medida dos valores do dinheiro, porém somente se efetivam quando o dinheiro está em circulação, mediando as trocas. Conforme os preços são fixados, as mercadorias a serem trocadas são confrontadas, no entanto não garante, apenas por isso, a circulação efetiva destas, ou seja, “a sua venda em troca de uma soma de dinheiro que permite prosseguir compras e vendas”. A fixação dos preços, em toda a sua amplitude, apenas ocorre na circulação, quando o dinheiro substitui efetivamente as mercadorias. Assim, o atributo medida dos valores é condição necessária para o atributo meio de circulação, não obstante este completa fundamentalmente aquele.

### **3. Funções do dinheiro**

A discussão sobre as funções do dinheiro diz respeito às características por ele desempenhadas após a sua emergência integral, isto é, o “dinheiro como dinheiro” ou apenas “dinheiro”<sup>12</sup>. Para Borges Neto (2001, p.8), ele se constitui como “figura única do valor ou única existência adequada do valor de troca”, não importando se ele irá desempenhar suas funções em corpo próprio ou por meio de seus representantes. Paulani (2014) afirma que quando o dinheiro assume sua forma integral, isto é, quando seus atributos se sintetizam numa única matéria, implica sua “libertação da circulação”. É por causa dos atributos que faz do dinheiro a forma exclusiva de aparência do valor, como figura adequada única do valor de troca, porém, suas potencialidades implementam-se plenamente quando ele deixa de ser um mero mediador da circulação de mercadorias. Para isso, a finalidade da circulação deve ser a valorização do valor e não mais o valor de uso. Para esta autora, as determinações que estabelecem o dinheiro enquanto tal são aquelas que o “autonomizam da circulação”, quer por sua ausência efetiva, quando funciona como meio de pagamento, quer pela negação da circulação, quando desempenha a função de meio de entesouramento<sup>13</sup>. Isto, porém, não significa o final da tensão entre valor e valor de uso, motivo do surgimento da forma dinheiro, muito menos a sua plena resolução. Não obstante, “como a tensão vai se colocando em níveis cada vez mais elevados, tanto mais profundas são as contradições que espreitam logo abaixo da superfície”.

Itoh e Lapavitsas (1999) entendem o dinheiro como forma independente do valor, que desempenha funções que estão parcialmente desvinculadas do processo de troca. No momento em que executam tais funções, ele demonstra a complexidade de seu papel social, transpondo a definição como mero facilitador das trocas de mercadorias. Segundo Lapavitsas (1991, p.294), o dinheiro desempenha três funções particulares: i) entesouramento (estoque de valor); ii) meio de pagamento (meio de pagamento diferido); iii) dinheiro mundial (equivalente geral no mercado mundial). Shuklian (2000) assevera que, quando funciona como meio de entesouramento, o dinheiro permite aos indivíduos acumular riqueza e poder na sua forma mais pura (valor) e, fornece a eles os meios de se apropriar do trabalho dos outros sempre e por qualquer motivo que possa desejar. Torna-se um direito sobre uma parte do trabalho e da riqueza da sociedade. Ao executar a função de meio de pagamento, ele media as relações

---

<sup>12</sup> A expressão “dinheiro como dinheiro” é encontrada nos Grundrisse e “dinheiro” apenas, n’O Capital, ambos autoria de Marx.

<sup>13</sup> Cabe salientar que, a respeito do objetivo do entesouramento na circulação mercantil simples, locus no qual Marx desenvolve este conceito, não há um consenso, como se verá abaixo.

entre devedores e credores, na medida em que os contratos estão especificados em termos de dinheiro. Enquanto dinheiro mundial, ele regula as relações econômicas entre vários estados-nação e reflete a interdependência econômica entre aquelas nações.

### 3.1 Meio de entesouramento

Germer (1997a, p.126) compreende que o meio de entesouramento “consiste na formação de reservas de dinheiro”, podendo ocorrer, do ponto de vista teórico, tanto na circulação mercantil simples quanto na circulação capitalista. Para Itoh e Lapavitsas (1999), o meio de entesouramento é condição para que o dinheiro circule, na medida em que a reserva libere e absorva uma dada quantia da circulação. Por ele desempenhar tal função, os autores afirmam que o dinheiro concentra a habilidade de comprar e pagar de uma forma independente, não se relacionando necessariamente com o valor das outras mercadorias. Por sua vez, Brunhoff (1978, p.36-8) entende o meio de entesouramento como uma suspensão do processo de circulação das mercadorias, ou seja, uma interrupção do encadeamento das trocas<sup>14</sup>. Segundo ela, a troca limita-se provisoriamente à venda (Mercadoria[M]-Dinheiro[D]), ou seja, ao desejo manter e conservar D. Por isso, o meio de entesouramento conserva e reconstitui a forma dinheiro enquanto tal, quaisquer que sejam as deformações, transformações ou evaporações derivadas dos efeitos de outras funções ou atributos. Para a autora, na medida em que o dinheiro funciona como entesouramento, ele corresponde a “‘matéria natural’ e a unidade de conta da medida dos valores”, assim como, através retirada da mercadoria da circulação sob a forma monetária, a mantém permanentemente dentro da circulação, assegurando, dessa forma, a permanência do atributo meio de circulação.

Conforme Astarita (2006), o dinheiro deve ser adiantado, sob a forma de equivalente geral, antes da geração de valor (e mais-valia), no sistema capitalista. Para o autor, ele não é simplesmente fluxo, já que existe reserva, isto é, diferentes formas de entesouramento capitalista no aguardo para lançar-se no circuito de valorização. Lapavitsas (1991) afirma que o entesouramento no capitalismo é formado sobretudo quando o capital realiza lucros maiores do que é requerido para o imediato reinvestimento. É também formado quando o tempo de

---

<sup>14</sup> Como se verá, Germer (1997a) entende que esse é o procedimento do entesouramento na circulação simples, pois na circulação capitalista o procedimento é bastante distinto.

circulação do capital é reduzido, liberando fundos de circuitos particulares do capital. Em síntese, o entesouramento fornece a base para o crédito monetário e desenvolvimento do sistema bancário. Nesse sentido, Itoh e Lapavitsas (1999) argumentam que o entesouramento do dinheiro no capitalismo é, por um lado, uma acumulação de valor durável e, por outro lado, é dinheiro que se tornar capital, ou seja, que é reinvestido na produção e na sua expansão.

O dinheiro funcionando como meio de entesouramento, assevera Brunhoff (1978), não é desdobramento de um desejo dos agentes de guardá-lo, implica sim que a segunda fase do circuito da circulação não foi realizada. Ou seja, meio de entesouramento não implica em esterilização do dinheiro, já que a retirada do dinheiro da circulação impediria a sua expansão como capital, em absoluto. O dinheiro desempenhando a função de entesouramento o transforma em depositário do poder aquisitivo dos agentes. Já que a conservação de saldos monetários se constitui como condição necessária para o desenvolvimento e manutenção da economia monetária, o processo de circulação será sempre incompleto, tendo em vista que haverá sucessivos circuitos a serem concluídos. Por isso que, ao conservar a forma-dinheiro do valor, o meio de entesouramento conserva *vis-à-vis* os riscos de desequilíbrios que são intrínsecos à circulação de mercadoria (BRUNHOFF, 1978; CUTLER *et al.*, 1981).

Brunhoff (1978, p.43-4) afirma que quando o dinheiro executa a função de meio de entesouramento e instrumento de acumulação de reservas usáveis para “saldar operações feitas a crédito e transações internacionais”, ele age no financiamento da acumulação capitalista, através conversão das reservas monetárias em investimento. Esta propriedade teórica desenvolvida por Marx (e pelo marxismo), reitera esse programa de pesquisa, ao invés de negá-lo, uma vez que explica os fenômenos atribuíveis às “relações monetárias” entre agentes econômicos. Por sua vez, Itoh e Lapavitsas (1999) entendem que a continuidade da produção, que é imperativo no capitalismo, mesmo durante o período em que o produto é encaminhado à venda, conduz o capitalismo a entesourar parte do dinheiro. Por outro lado, Lapavitsas (1991) assevera que depósitos em dinheiro são créditos contra os bancos, que são gerados como entesouramento de dinheiro, e são concentrados e emprestados (processo de coleta e utilização de dinheiro temporariamente parado). É pré-condição a expansão do setor bancário (este deve ser capaz de sustentar um sistema geral de coleta do entesouramento).

A observação feita por Germer (1997a, 126-8) distingue o processo lógico do dinheiro enquanto meio de entesouramento na circulação capitalista da circulação mercantil simples, ou seja, o conteúdo do entesouramento no capitalismo difere com relação à circulação simples. Ainda que a motivação do entesouramento seja similar, isto é, acumular riqueza ou ser reserva de valor, na circulação simplesisto se procede retirando dinheiro da circulação para acumulá-lo e no capitalismo o objetivo de acumular somente pode ser satisfeito de modo oposto, neste caso, colocando o dinheiro na circulação, na forma capital. Assim sendo, é a acumulação de capital que motiva o entesouramento. No capitalismo, afirma ele, não é esterilizando dinheiro, retirando da circulação, que se conserva o valor, já que todo o dinheiro é equivalente do capital, ao “valor que poderia valorizar-se durante o tempo em que está imobilizado fora da circulação”. Por isso, retirar o dinheiro da circulação implica na diminuição relativa do seu valor, uma vez que seu proprietário se defronta com um custo de oportunidade, que diz respeito ao provável rendimento que ele receberia caso tivesse por si mesmo investido ou ainda emprestado a outro capitalista. Não é o desejo de acumular dinheiro ocioso que motiva a formação de reservas pelos capitalistas individuais, no entanto é uma condição ou resultado do processo de reprodução dos capitais, imposto pelo sistema. Ademais, nesta função ele não se constitui como dinheiro estéril, enquanto mera reserva, porém é capital monetário, isto é, “capital potencial na sua forma monetária”. Essas reservas, que se desdobram de uma necessidade imposta aos capitalistas individuais constituem o dinheiro funcionando como meio de entesouramento na economia capitalista. Para este autor, “o entesouramento no capitalismo é apenas um momento técnico inevitável no processo de acumulação dos capitais individuais”.

Para Itoh e Lapavitsas (1999, p. 47), o desenvolvimento do capitalismo e a constituição de um sistema de crédito avançado conduzem à socialização do dinheiro desempenhando a função de meio de entesouramento, assim como sua mudança de forma. Num nível imediato, o entesourador de dinheiro não mais detém a acumulação de dinheiro mercadoria, porém de depósitos bancários, título de dívida privada e pública e outros instrumentos financeiros. Exercendo tal função, o dinheiro mantido por indivíduos tornar-se direito a produção futura de valor, sendo que é mantido, *a priori*, diante das instituições de crédito. *Pari passu*, as reservas dos bancos assumem uma importante forma, puramente capitalista, de entesouramento social. O dinheiro entesourado nos bancos, para os autores, tende também a perder sua substância metálica, na medida em que o

desenvolvimento do sistema de crédito transforma essa reserva numa estrutura graduada de direitos.

Nesse sentido, Borges Neto (2001, p.8) afirma que, antagonicamente ao que dizia Brunhoff (1978), o funcionamento do dinheiro como tesouro não se deriva das necessidades da circulação, porém implica numa tentativa de acumular riqueza na sua forma mais universal, “na sua única forma adequada”. Ele diz, assim como afirmara Germer (1997a), que com desenvolvimento do capitalismo, acumulação riqueza transformar-se-á na acumulação de capital, única forma de expandir a riqueza recorrentemente. Conforme Klagsbrunn (1992, 600-1), o dinheiro funciona como meio de entesouramento quando o momento de realizar um investimento ou uma compra de maior valor ainda não foi deflagrado. O tesouro, que outrora implicava na esterilização do dinheiro, no capitalismo torna-se como momento imanente ao processo de produção. Isto somente acontece na medida em que o sistema de crédito se desenvolve e produz o capital dinheiro que se acumula e se apresenta na forma capital emprestável a juros e tem por pressuposto a maturação do capital portador de juros, enquanto forma alienada da relação-capital. Nesse sentido, o autor argumenta que “o entesouramento capitalista continua podendo ser uma forma de regulação da quantidade de dinheiro em circulação, mas passa a depender de outras variáveis, como a taxa de juros e o crédito”.

Brunhoff (1978, p. 37-9) assevera que o entesouramento significa uma demanda por dinheiro enquanto dinheiro, equivalente geral. Ao se afirmar a existência de uma procura por dinheiro, ela aponta os motivos para tal demanda<sup>15</sup>: “a ‘oferta’ inicial do estoque de dinheiro-mercadoria é equilibrada por uma demanda de dinheiro de transações, e uma ‘demanda’ de ‘dinheiro-tesouro’ que serve de reserva reguladora”. E esta regulação implementada pelo entesouramento pode ser executada por qualquer forma que o dinheiro assuma, inclusive dos seus representantes. Para ela, o *motivo-tesouro* da demanda por dinheiro é ilimitado, vinculando-se à qualidade do poder sem limites do dinheiro de se transformar em qualquer mercadoria, isto é, “liquidez do dinheiro”. Ainda que o motivo para demandar seja ilimitado, a quantidade de dinheiro que é

---

<sup>15</sup> Cutler *et al.* (1981) afirmam que não existe demanda por dinheiro. Segundo ele, “o fato de serem as mercadorias objetos de procura, enquanto o dinheiro não é, significa que a circulação das mercadorias não toma a mesma forma tomada pela circulação do dinheiro. [...] A diferença [entre mercadoria e dinheiro] é que, enquanto as mercadorias entram no processo de circulação para, em seguida, dele sair, o dinheiro permanece constantemente nesse processo. A circulação do dinheiro, em consequência, é com efeito a redistribuição do estoque existente de dinheiro” (CUTLER *et al.*, 1981, p. 76).

possibilitado ao agente entesourar é sempre finita, logo “relativamente restrita face ao poder infinito do dinheiro”.

Cutler *et al.* (1983, p.67), ao criticar a teoria monetária convencional, aparentemente questiona também esse argumento de Brunhoff. Para ele, a teoria convencional descreve os agentes como demandantes de dinheiro, pois, mesmo que este por si só não seja uma coisa de uso, na medida em que constitui um meio de circulação, ele pode ser trocado por objetos úteis, tanto para o consumo quanto para produção. Trocando em miúdos, o dinheiro seria demandado por razão indireta, e o dinheiro funciona como entesouramento por mera conveniência. Ele aponta que, para a teoria convencional “o fato de ser o dinheiro um meio de circulação é pertinente apenas na medida em que explica por que os agentes econômicos o guardam”.

### 3.2 Meio de pagamento

Conforme Itoh e Lapavistas (1999), na medida em que o dinheiro emerge, o ato da venda (M-D) pode ser dividido em dois momentos: i) o avanço da mercadoria em relação a uma promessa de pagamento futuro e, ii) a subsequente intervenção do dinheiro, saldando a dívida. O dinheiro funcionando como meio de pagamento completa diversos processos de transação de uma única vez, reduzindo, dessa forma, a necessidade de meios de circulação. Cutler *et al.* (1981, p.27), por sua vez, afirma que a existência da função meio de pagamento está diretamente ligada à existência do crédito. O crédito possui uma forma particular, que é o crédito comercial<sup>16</sup>. Este dar a entender que “os fluxos de dinheiro são separados no tempo dos fluxos de mercadorias; mais especificamente, que os segundos antecedem os primeiros”. A separação temporal desdobrada dessa forma de crédito significa uma alteração no “*status*” do dinheiro, lançando mão de seu atributo de meio de circulação e funcionando como meio de pagamento diferido.

É por isso que Germer (1997a, p.121, nota de rodapé) afirma que o dinheiro, pressupondo a sua atuação como meio de pagamento, é um fenômeno que transcende o espectro monetário, alcançando um *locus* que é “estranho ao dinheiro em si”, isto é, o crédito. Nesse sentido, ao executar tal função, o dinheiro sintetiza duas relações econômicas: valor e crédito. Este pode existir até mesmo prescindindo o dinheiro, já que, mesmo na troca direta, um capitalista

---

<sup>16</sup> Para maior aprofundamento ver Germer (1997b), Klagsbrunn (1992), Hall (1992) e Harris (1976).

pode adiantar a sua mercadoria a outro e receber deste uma promessa de pagamento ou outra mercadoria posteriormente. Klagsbrunn (1992, p.601) entende que a função de meio de pagamento diferido no tempo se opõe ao atributo meio de circulação, na medida em que possibilita a troca sem a presença imediata do dinheiro. Assim, afirma ele, o dinheiro “funciona apenas como dinheiro de conta ou medida de valor”, ou seja, como dinheiro ideal, porém quando emerge a necessidade de quitar as dívidas, o dinheiro é exigido na sua forma concreta. Não obstante, conforme Itoh e Lapavitsas (1999), a atuação do dinheiro enquanto meio de pagamento, através da quitação de dívidas, não é contínuo e nem regular. É imperativa a necessidade de o tomador de empréstimo possuir determinada quantidade de dinheiro, já que uma impossibilidade de saldar as operações comerciais quando há dívidas implica numa crise bancária e na venda forçada dos ativos dos tomadores de empréstimo.

### **3.3 Dinheiro mundial**

Moseley (2010, p.15) afirma que a função dinheiro mundial deixa o dinheiro na sua forma perfeita de existência, posto que ele é em princípio um equivalente universal, é diretamente trocável em todas as outras mercadorias, assim ser equivalente universal é a natureza do dinheiro, seu “conceito”. Para o autor, o dinheiro funcionando como dinheiro mundial “*‘becomes adequate to its concept’, i.e. becomes adequate to the concept of money as universal equivalent, directly exchangeable with all other commodities*”. Para Moseley (2010), o dinheiro, ao funcionar como dinheiro mundial, deve ser a forma de aparência do trabalho abstrato, em qualquer nação que seja. Assim, o dinheiro executando a função de dinheiro mundial, diz o autor, é de fato abstrato e universal.

Quando o dinheiro exerce a função de dinheiro mundial, como apontam Itoh e Lapavitsas (1999), ele se empreende como um meio de pagamento aceito internacionalmente e que não tem particularidade nacional. Segundo eles, Marx concebe o dinheiro atuando como dinheiro mundial na forma puramente metálica. Os autores afirmam que a concepção de Marx sobre o funcionamento do dinheiro como dinheiro mundial se opõe frontalmente ao que compreendia a Economia Política da época, sobretudo Ricardo. Este tratava o dinheiro enquanto dinheiro mundial somente como um puro meio de troca. Em Marx, por sua vez, o funcionamento do dinheiro enquanto dinheiro mundial é inicialmente meio de pagamento e, conseqüentemente, na medida em que os países são comumente

compelidos a utilizar o recurso do dinheiro mundial visando satisfazer suas obrigações internacionais, ele passa a servir de meio de troca.

Paulani (2014) indica que o dinheiro na função de dinheiro mundial, ou meio de pagamento internacional geral, pode assumir a forma de um objeto que é uma moeda puramente fiduciária, dinheiro sem valor intrínseco ou mesmo sem qualquer referência à mercadoria concreta alguma. Nesse mesmo sentido, Itoh e Lapavistas (1999) afirmam que o dinheiro de crédito também funciona como dinheiro mundial. Ainda que as formas que funcionaram como dinheiro mundial, historicamente, tenham variado bastante, o desenvolvimento do sistema de crédito, com seus próprios centros de atividades e situado por relações políticas entre os estados capitalistas, ditaram essa variação. A emergência de um sistema de crédito global possibilitou que o dinheiro de crédito, conforme os autores, funcionasse como meio de pagamento para além de suas fronteiras, por mais que o ouro não tenha sido deixado de ser usado. Esse sistema de crédito, que se centra na economia e no território das nações capitalistas dominantes, permitiu ao dinheiro de crédito de uma nação hegemônica funcionar como dinheiro mundial. É por razão desse desenvolvimento que a manutenção de relações estáveis de equivalência entre diversas moedas nacionais tornou-se algo consideravelmente complexo.

#### **4. Conclusão**

Este trabalho apresentou as controvérsias existentes no programa de pesquisa marxista no tocante às funções e aos atributos do dinheiro, isto é, demonstrou o atual estado das artes sobre as questões elementares do dinheiro nas abordagens marxistas. A partir da exposição dos consensos e dissensos contidos no bojo da literatura aqui utilizada, foi possível empreender tal tarefa.

A teoria monetária marxista, que se desdobra da referência teórica textual de Marx, compreende consensualmente que não são as funções e atributos do dinheiro que o constitui enquanto tal, porém o contrário. É parte da essência do dinheiro, do “dinheiro enquanto dinheiro”, que deve ser entendido os atributos e funções. Aqueles o precedem logicamente e são determinações e características necessárias para a emergência do dinheiro. Por sua vez, as funções derivam-se da sua natureza, e não de outras funções ou atributos. São determinadas intrinsecamente pelo dinheiro e não impostas por qualquer autoridade econômica, sendo a esta possível no máximo regulá-las. Além disso, deve ser

ressaltado, para não incorrer em alguns equívocos teóricos, que a execução de qualquer função ou atributo do dinheiro implica numa aplicação categorial e conceitual. Embora a análise aqui não se proponha ser empírica, é impossível concretamente separar entre si os atributos e funções do dinheiro. Por isso, não seria lógico afirmar que exista um “dinheiro medida dos valores” ou mesmo “dinheiro mundial”, se não o qualificar como função do dinheiro em si.

Algumas proposições podem ser abstraídas, conforme propõe Cutler *et al.* (1981, p.31). A primeira é que “as funções desempenhadas pelo dinheiro não são uma coleção fortuita ou acidental, pelo contrário, constituem uma combinação inter-relacionada e estruturada”. As determinações ou atributos do dinheiro derivam-se diretamente da necessidade das trocas multilaterais, assim como do valor de assumir a forma equivalente e as funções resultam da natureza econômica do dinheiro, como forma de aparência do valor. Nem os atributos e nem as funções podem ser bem compreendidas isoladamente, isto é, devem ser entendidas interconectadas no dinheiro. A segunda proposição diz que “as funções desempenhadas pelo dinheiro estão associadas a efeitos econômicos definidos; em consequência, a análise das funções deve ser combinada com a análise de efeitos econômicos particulares”. Na medida em que o dinheiro surge como resolução de problemas concretos da forma social de organização econômica (i.e, das relações sociais de produção), suas funções e atributos emergem intentando responder questões definidas e particulares. Por isso, mais do que definir os atributos e funções, deve-se situá-los concretamente, isto é, como são de fato os seus efeitos econômicos. E por fim, é dizer que “nem o papel, nem as funções do dinheiro podem ser discutidas isoladamente das características da economia em que o dinheiro funciona como tal”. O dinheiro é uma resposta econômica às necessidades sociais concretas e por isso deve ser entendido nesse bojo, nos marcos das leis gerais do capitalismo.

É válido destacar que há uma forte discrepância, dentre os teóricos marxistas, no entendimento sobre o atributo medida dos valores, como foi demonstrado. Esta diferença deriva-se sobretudo do entendimento sobre a forma que o dinheiro assume. Sintetizando o que foi apresentado, existem três linhas: 1) a da abordagem da materialidade do dinheiro, que compreende que este atributo somente pode ser possuído por uma “coisa” social que possua valor, ainda que seus representantes possam expressar este atributo, porém, não há possibilidade de qualquer forma de dinheiro não-mercadoria, sem valor, mensurar os valores;

2) a das diversas teses da desmaterialização do dinheiro, que afirma que a medida dos valores pode ser um atributo possuído por qualquer forma que se assuma como dinheiro, não carecendo de que esta seja mercadoria e; 3) a apresentada por Cutler *et al*(1983), que assevera que, para medir valores, o dinheiro deve ser mercadoria, isto é, uma única forma assumida pelo dinheiro, logo este atributo é teoricamente irrelevante e desprezível, na medida em que outras formas do dinheiro, mais avançadas, não poderiam possuir tal atributo. Ou seja, para Cutler *et al.* (1983), se de fato há o interesse de estudar seriamente o dinheiro, deve-se abandonar a medida dos valores como um atributo.

Esta revisão teórica é parte de um programa de pesquisa marxista mais amplo, o qual objetiva aprimorar a compreensão de elementos basilares para o entendimento do dinheiro. Além disso, este trabalho contribui, a partir da teoria monetária e do método de Marx, para uma ampla agenda de estudo que visa apreender como o dinheiro funciona no capitalismo contemporâneo.

## Referências

ARNON, Arie. Marx's theory of money: the formative years. *History of Political Economy*, Durham, v. 16, n.4, p. 555-575, jun-set 1984.

ASTARITA, Rolando. Concepciones sobre el Dinero, el Rol del Oro y Cuestiones Monetarias. *IADE/Realidad Económica*, Buenos Aires, p. 17, 11 mar 2006. Disponível em: <<http://www.iade.org.ar/modules/noticias/makepdf.php?storyid=1500>>. Acesso em: 5 de novembro de 2018.

BARBOSA, Gabriel O. Marx e a inflação: uma interpretação do fenômeno com base na teoria do valor trabalho. 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BORGES NETO, J. M. Por que o Dinheiro é um Problema para a Economia Neoclássica? Uma Interpretação a Partir de Marx. 2001. p.23. Texto para Discussão, n. 08/2001. PEPGEP – PUC/SP, 2001.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BRUNHOFF, Suzanne de. Marx's Contribution to the Search for a Theory of Money. In: MOSELEY, Fred (Ed.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. London: Palgrave, 2005.

CARCANHOLO, Reinaldo A. O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 26-45, jun 2001.

CARVALHO, Luciano D. A influência do dinheiro no modo de produção capitalista. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 22, n. 39, p. 25-46, 2011.

CORAZZA, Gentil. Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 26., 1998, Vitória. Anais... Vitória: ANPEC, 1998. 1 CD-ROM.

CUTLER, Antony, *et al.* O capital de Marx e o capitalismo de hoje. Volume II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FOLEY, Duncan. Marx's Theory of Money in Historical Perspective. In: MOSELEY, Fred (Ed.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. London: Palgrave, 2005.

GERMER, Claus M. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 15, n.1, p. 179-201, 1994.

GERMER, Claus M. Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 106-33, 1997a.

GERMER, Claus M. O dinheiro de crédito e as funções do dinheiro no capitalismo. *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia*, v. 1, p. 336-56, 1997b.

GERMER, Claus M. The Commodity Nature of Money in Marx's Theory. In: MOSELEY, Fred (Ed.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. London: Palgrave, 2005.

HALL, Mike. On the Creation of Money and the Accumulation of Bank-Capital. *Capital and Class*. London, v.48, p. 89-114, 1992.

HARRIS, Laurence. On interest, credit and capital. *Economy and Society*, London, v.5, n. 2, p. 145-77, 1976.

ITOH, Makoto; LAPAVITSAS, Costas. *Political Economy of Money and Finance*. New York: St. Martin's Press, 1999.

KLAGSBRUNN, Victor H. Considerações sobre a categoria dinheiro de crédito. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 592-615, 1992.

LAPAVITSAS, Costas. The theory of credit money: a structural analysis. *Science and Society*, New York, v.55, n.3, p.291-322, set-dez 1991.

MOSELEY, Fred. The “monetary expression” of labor in the case of non-commodity money. Texto para discussão. Mount Holyoke College, p. 13, nov. 2004. Disponível em: <[http://www.mtholyoke.edu/~fmoseley/Working\\_Papers\\_PDF/melt.pdf](http://www.mtholyoke.edu/~fmoseley/Working_Papers_PDF/melt.pdf)>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

MOSELEY, Fred. Introduction. In: MOSELEY, Fred (Ed.). *Marx’s Theory of Money: Modern Appraisals*. London: Palgrave, 2005.

MOSELEY, Fred. Marx’s theory of money as the measure of value: a critique of Reuten’s interpretation "Value-Form" Interpretation of Part 1 of Volume 1 of *Capital*. Texto para discussão. Mount Holyoke College, p.41. Disponível em: <[http://www.mtholyoke.edu/~fmoseley/Working\\_Papers\\_PDF/measure.pdf](http://www.mtholyoke.edu/~fmoseley/Working_Papers_PDF/measure.pdf)>. Acesso em: 11 de dezembro 2010.

NELSON, Anitra. Marx’s Theory of the Money Commodity. *History of Economics Review*, Sydney, v.33, p.44-63, 2001.

PAULANI, Leda M. Money in contemporary capitalism and the autonomisation of capitalist forms in Marx's theory. *Cambridge Journal of Economics*, v. 38, p. 779-795, 2014.

REUTEN, Geert. The money expression of value and the credit system: a value-form theoretic outline. *Capital and Class*, London, n. 35, p.121-142, 1988.

SHUKLIAN, Steve. Karl Marx on the Foundations of Monetary Theory. Texto para discussão. Lewis College of Business, Marshall University, 2000. Disponível em: <http://www.marshall.edu/cber/research/working/wp00-02-a.PDF>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

SILVA, G. S. As dissimilaridades no entendimento da natureza do dinheiro e do equivalente geral. In: VI Encuentro Internacional de Economía Política y Derechos Humanos, 2012, Buenos Aires. Anais...Buenos Aires: CEMoP (Centro de Estudios Económicos y Monitoreo de las Políticas Públicas), 2012. CD-ROM.

SILVA, G. S. Considerações sobre formas do dinheiro na teoria monetária Marxista. In: III Encontro Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais, 2016, Brasília, DF. Anais... Brasília: III Encontro Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais, 2016.